

Um jornalista que não tinha
O exame de instrução primaria,
Leu Orpheu, e deu-o a vizinha
Pra ler e máx a sorte não foi varia
~~xxxxxxxxxxxxx~~
A quella celebre revista
Nenhum percebeu bem a esthetica
Sensacionista, futurista,
Interseccionista, synthetica.

Poema do espólio de Fernando Pessoa (BNP/E3, 49B^s-32^o)

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Centro de Estudos
de Comunicação e Cultura



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

19 O ano do ORPHEU 15

ORGANIZAÇÃO
Steffen Dix

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X V

© 2015, Autores e Edições tinta-da-china

Edições Tinta-da-china
Rua Francisco Ferrer, n.º 6-A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título
1915 — O Ano do Orpheu.

Autores
António Apolinário Lourenço, Arnaldo Saraiva, Cecília Barreira, Ellen W. Sapega,
Fernando J.B. Martinho, Filipa Lowndes Vicente, Filomena Serra,
Giorgio de Marchis, Jerónimo Pizarro, João Pedro George, Jorge Uribe,
José Barreto, José Carlos Seabra Pereira, Manuel Villaverde Cabral,
Márcia Seabra Neves, Nuno Júdice, Pablo Javier Pérez López,
Patrícia Silva McNeill, Pedro Eiras, Ricardo Vasconcelos,
Rui Sousa, Sofia Narciso, Steffen Dix

Organização
Steffen Dix

Revisão
Tinta-da-china

Composição e capa
Tinta-da-china (Pedro Serpa)

1.ª edição: Março de 2015
ISBN 978-989-671-251-8
DEPÓSITO LEGAL n.º 387252/15

ÍNDICE

Nota Prévia e Agradecimentos 7

INTRODUÇÃO

*O Ano de 1915. Um Mundo em Fragmentos
e a Normalização dos Extremos* 15
Steffen Dix

CONTEXTO

Os Anos Incendiários. Uma Narrativa Cruzada 37
Manuel Villaverde Cabral
1915. O Ano de Todas as Rupturas 53
Nuno Júdice
O Ano do Orpheu em Portugal 67
José Barreto
Em Torno do Orpheu. A Outra Literatura 97
José Carlos Seabra Pereira
Mulheres Artistas. As Possibilidades de Criação Feminina no Portugal de 1915 121
Filipa Lowndes Vicente
A Ideia Nacional. Algumas Confluências Modernistas e Nacionalistas 137
Cecília Barreira

CONFLUÊNCIAS

Orpheu e Paris. Ecos Cubistas na Poesia de Mário de Sá-Carneiro 149
Ricardo Vasconcelos
Orpheu e Blast. Intersecções do Modernismo Português e Inglês 167
Patrícia Silva McNeill
As Tentativas de Propaganda Órfica em Espanha 185
Pablo Javier Pérez López

PROTAGONISTAS

<i>José Pacheco. Relações Sociais e Legitimação Artística do Grafismo Português</i>	201
João Pedro George	
<i>António Ferro. O «Editor Irresponsável»</i>	215
José Barreto	
<i>Luís de Montalvor. O Rasto Discreto de Um Dandy da Palavra Poética</i>	225
Fernando J.B. Martinho	
<i>Mário de Sá-Carneiro. «Perdido. Solitário e Pelos Cafés Baratos.»</i>	239
Giorgio de Marchis	
<i>Presença(s) de Ronald de Carvalho em Portugal</i>	255
Rui Sousa	
<i>Fernando Álvaro Pessoa de Campos</i>	271
Jerónimo Pizarro	
<i>Alfredo Guisado. Um Modernista Acidental?</i>	285
António Apolinário Lourenço	
<i>Almada, Europa, 1915-1917</i>	297
Pedro Eiras	
<i>A Vocação de Armando Côrtes-Rodrigues</i>	319
Jorge Uribe	
<i>«Estes Versos Antigos Que Eu Dizia». A Tragédia de Ângelo de Lima no Contexto do Orpheu.</i>	335
Sofia Narciso	
<i>Eduardo Guimaraens. Entre a Quimera e o Orpheu</i>	353
Rui Sousa	
<i>Raul Leal (Henoeh). O Mais Louco dos Loucos do Orpheu e Profeta Maldito</i>	369
Márcia Seabra Neves	
<i>«Il n'y a pas de hors-texte».</i>	
<i>Guilherme de Santa-Rita, Um Artista Sem Obra?</i>	389
Filomena Serra	
<i>O «Frustrado» e Abençoado Orpheu</i>	407
Arnaldo Saraiva	
<i>«Não posso viver sem sol». O Regresso de Amadeo de Souza-Cardoso à Pátria</i>	421
Ellen W. Sapega	
 Cronologia 1915	 435
Steffen Dix	
 Índice Onomástico	 443
Notas Biográficas	455

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS

Cada um de nós tem o seu próprio conhecimento do passado. Alguns submergem com paixão e entusiasmo até às profundidades mais distantes da história, outros contentam-se com um pequeno mergulho na superfície, alguns pretendem-se imparciais e objectivos, outros deixam-se guiar, inconsciente ou voluntariamente, através de ideias preconcebidas. A história deixa sempre as suas marcas no observador e influencia a vida contemporânea. Numa tentativa de definição, o historiador alemão Golo Mann entendeu que a história era constituída por duas componentes: os factos que aconteceram; e as pessoas que os tentam compreender — sempre a partir dos seus próprios lugares e dos seus próprios tempos. O processo de entender a história é marcado por uma rotação ou substituição permanente dos conhecimentos, por um levantamento de novas questões e pela constante transformação dos observadores.

O passado é, assim, uma entidade que ganha vida através de temas reformulados e experiências novas. Existem igualmente inúmeras e diferentes formas de contar o passado, mas as mais comuns e influentes são talvez aquelas que podemos designar como «história compacta», «história em diapositivos» e «história contada pelos testemunhos». No primeiro caso, a história é contada através de uma narrativa complexa e compacta que encontramos, por exemplo, nas exposições do «longo

os parabéns...» E corta relações com o colega. Entramos no tempo das rupturas. E abre-se o caminho que conduzirá, em 1916, à página «Futurismo» de *O Heraldo* de Faro, dirigida por Mário Lyster Franco, filho do pintor Lyster Franco, e em 1917 ao número único do *Portugal Futurista*.

BIBLIOGRAFIA (JORNALIS E REVISTAS)

A Capital
Contemporanea
Diário de Notícias
Eh real!
Ilustração Portuguesa

O Algarve
O Heraldo
O Ocidente
Orpheu: Revista Trimestral de Literatura
Renascença Portuguesa

BIBLIOGRAFIA

PASCOAES, Teixeira de. «O Tempo (1914 e 1915).» *A Águia* Vol. II — 2.ª Série, n.º 37, (Janeiro de 1915), Porto: 1915.
PASCOAES, Teixeira de. «Carta a Dois Filósofos.» *A Águia* Vol. VIII — 2.ª Série, n.º 43, (Julho de 1915), Porto: 1915.

PESSOA, Fernando. *Sensacionismo e Outros Ismos*. Ed. Jerónimo Pizarro. Lisboa: INCM, 2009.
SÁ-CARNEIRO, Mário de. «Cartas a Fernando Pessoa.» *Obras Completas de Mário de Sá-Carneiro*, Vol. II. Lisboa: Ática, 1973.

O ANO DO ORPHEU EM PORTUGAL

—————
José Barreto
—————

O ANO POLÍTICO

1915 foi um ano de grande turbulência política em Portugal. Desde a cisão do Partido Republicano em três facções — democráticos, evolucionistas e unionistas — que a instabilidade governativa se instalara no país. A aparente união republicana no tempo da propaganda revelava agora, no poder, profundas clivagens políticas, alimentadas por despiques entre os chefes das facções. No final de 1914, com pouco mais de quatro anos de República, estava-se já no oitavo governo. A agitação monárquica restauracionista era permanente desde os começos do regime, tal como a agitação social comandada por sindicalistas e anarquistas. Como um mau presságio, o primeiro dia do ano de 1915 ficou assinalado pela explosão de um arsenal de bombas de dinamite que anarquistas escondiam no quintal de um prédio de habitação à Rua do Borja, em Lisboa, causando a morte de um dos bombistas, de alcunha o *Centelha*.

Em 1915, novos factores de tensão política conjugaram-se com os anteriores. Iam decorrer as primeiras eleições gerais do novo quadro constitucional. Os deputados e senadores ainda em exercício tinham, na sua maioria, sido eleitos em 1911 para a Assembleia Constituinte, a qual, depois de aprovada a Constituição, se constituíra em Congresso

da República, desdobrado em Câmara dos Deputados e Senado. As primeiras eleições constitucionais, adiadas no Verão de 1914 por motivo da eclosão da Grande Guerra, ficaram agendadas para Março de 1915. Previa-se novamente a conquista da maioria dos deputados pelo Partido Democrático, chefiado por Afonso Costa, que já reforçara a sua maioria na Câmara nas eleições suplementares de Novembro de 1913, conquistando 33 dos 37 lugares vagos. Antevia-se mesmo a conquista por esse partido da maioria absoluta no Senado, onde até então estavam em minoria. A perspectiva de uma vitória esmagadora dos democráticos era inquietante para os outros quadrantes políticos, ainda que Afonso Costa, a pensar na participação de Portugal na guerra, defendesse a necessidade de um governo «nacional» de unidade republicana.

Outra fonte de tensões políticas advinha, precisamente, da perspectiva de participação portuguesa na Grande Guerra, que se iniciara em fins de Julho de 1914. O governo português adoptara logo em 7 de Agosto uma posição genericamente pró-britânica e pró-Aliados, que se poderia dizer consensual no país, se não surgissem de imediato profundos desacordos quanto ao modo, condições e oportunidade de concretizar esse apoio. Os republicanos e os próprios militares estavam divididos quanto à adopção de uma posição beligerante no teatro de guerra europeu, enquanto os monárquicos, teoricamente aliadófilos, aproveitavam todas as pretexts para combater o governo. Quando a guerra europeia começou, o sul de Angola e o norte de Moçambique, que confinavam com colónias alemãs, foram a breve trecho alvo de ataques fronteiriços (Cuangar e Naulila em Angola), provocando dezenas de baixas, sem que se tivesse verificado prévia declaração de guerra nem ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e a Alemanha. Se a defesa das colónias e o envio de forças expedicionárias para África recolhia consenso no país, já o mesmo se não podia dizer quanto à intervenção portuguesa na guerra europeia, numa primeira fase repelida também pela própria Inglaterra. Entre os republicanos que defendiam a intervenção — o «partido da guerra», como o unionista Brito Camacho chamava aos intervencionistas — avultavam as figuras do chefe democrático Afonso Costa e de João Chagas, que presidira ao primeiro governo constitucional e era desde então embaixador em Paris (Meneses, 2010; Rosas, 2009).

Um pronunciamento militar ocorreu entre 20 e 22 de Janeiro de 1915, o chamado «Movimento das Espadas», contra o ascendente de um grupo de militares democráticos (os «jovens turcos») no seio do Exército e alegados atropelos por eles cometidos. A imediata repressão do pronunciamento,

ao qual aderira o irrequieto «herói da Rotunda» Machado Santos, não evitaria, contudo, a queda do débil governo democrático de Victor Hugo de Azevedo Coutinho, desejada pelo presidente Manuel de Arriaga. Este nomeou o seu amigo general Pimenta de Castro, adversário dos intervencionistas e admirador da Alemanha e do Kaiser, para encabeçar um governo sem a sanção do parlamento, com



Pimenta de Castro ao comando, 25 de Janeiro de 1915.
Foto Joshua Benoliel, Arquivo Municipal de Lisboa.

a maioria das pastas entregues a militares, logo chamado «ditatorial». Um dos primeiros gestos diplomáticos de Pimenta de Castro foi enviar um cartão de felicitações ao ministro alemão em Lisboa pelo aniversário de Guilherme II, causando com isso forte escândalo. O «Movimento das Espadas» foi a primeira de uma série de intervenções militares contra a predominância julgada «excessiva» do partido de Afonso Costa na governação. Uma delas levaria o major Sidónio Pais ao poder por um ano, em 1917-18, e outra, em 28 de Maio de 1926, instauraria a Ditadura Militar, pondo termo à 1.^a República.

O governo de Pimenta de Castro (25 de Janeiro a 14 de Maio de 1915), apoiado pelos unionistas de Brito Camacho e pelos evolucionistas de António José de Almeida, tentou engendrar uma mudança política que pusesse termo ao domínio do Partido Democrático. O primeiro passo consistira precisamente em assegurar que as eleições gerais previstas para 1915 não se desenrolassem sob um governo democrático. Com o objectivo de conseguir uma nova maioria, o governo de Pimenta de Castro adiou as eleições de Março para Junho; decretou, à revelia do parlamento, uma nova lei eleitoral e começou a organizar uma «lista governamental» congregando candidatos dos vários quadrantes adversários do Partido Democrático.

A pretexto de promover a pacificação do país e consolidar a República, o governo de Pimenta de Castro, enquanto hostilizava os democráticos, demitindo-os de cargos públicos, foi desenvolvendo uma política favorável aos monárquicos e aos católicos. Reabriram igrejas que estavam encerradas, alterou-se a Lei de Separação (extinção das detestadas associações culturais), foram sagrados novos bispos e os

A QUESTÃO IBERICA

Alguns redactores da revista de philosophia politica *Nação Portuguesa*, com a collaboração de outras individualidades competentes, promovem na Liga Naval Portuguesa esta série de conferencias, versando os mais importantes assumptos que se relacionam com o problema iberico, a que veio dar actualidade e aspecto novo o recente livro do deputado e publicista hespanhol sr. D. José del Nido y Sajalerva, *La Union Iberica*.

As affirmações mais graves n'ella contidas, com respeito ás razões de ser da nossa autonomia politica, foram pela primeira vez commentadas por João do Amaral, no semanario de Coimbra *Patria Nova*, e, embora tenham feito o giro da imprensa de Lisboa, em discussão mais ou menos ligeira, ainda até hoje não lhes foi dada a merecida resposta.

Isso procuram fazer estas conferencias, pondo em relevo a differenciação irreductivel que separa as duas nações peninsulares, que podem e devem viver na melhor alliança e amizade, sem deixarem de se respeitar na sua autonomia politica qua, embora outras razões a não justificassem, já tinha a consagração persuasiva de oito seculos de historia.

Ex. ^{mos} Conferentes	Themas
Dr. Antonio Sardinha (Antonio de Monforte).....	{ <i>O Territorio e a Raça</i>
Dr. Hippolito Raposo.....	{ <i>A Lingua e a Arte</i>
Dr. José Pequito Rebello ..	{ <i>Economia Nacional</i>
Alberto de Monsaraz.....	{ <i>Diplomacia Peninsular</i>
Dr. Xavier Cordeiro.....	{ <i>Instituições e Leis Politicas</i>
Lúiz de Almeida Braga.....	{ <i>A Lição dos Factos</i>
Tenente Vasco de Carvalho.....	{ <i>Politica Militar</i>

Estas conferencias realisam-se em quartas-feiras consecutivas, pelas 9 horas da noite, sendo a primeira a 7 de abril de 1915.

Programa das conferências na Liga Naval, Abril 1915. (A datação de 1951 é obviamente uma gralha.)
Biblioteca Universitária João Paulo II. (Espólio António Sardinha, 200)

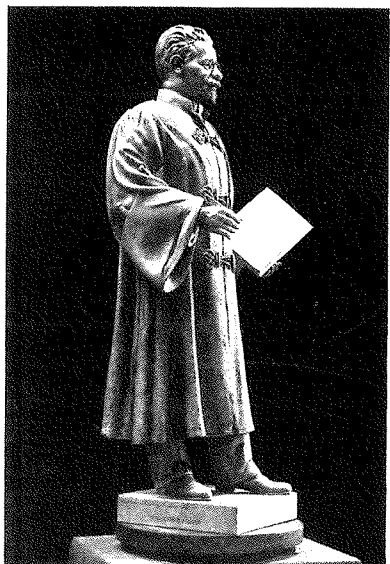
católicos começaram a organizar um partido, o Centro Católico Português. Anunciou-se a reintegração dos militares e funcionários públicos demitidos após a implantação da República. Na Liga Naval, em Lisboa, decorreu em Abril-Maio uma série de conferências promovidas pelos fundadores do Integralismo Lusitano, depois reunidas no livro *A Questão Ibérica* (1916). Entretanto, a imprensa monárquica reanimava-se, acicatando os ânimos contra o regime republicano. Foi criado na capital um primeiro centro monárquico (17 de Abril) e, pouco depois, um segundo (6 de Maio), num processo que começava a estender-se a todo o país. A 10 de Maio, *A Capital* anunciava para o dia 15 a realização, em Lisboa, de um congresso nacional do partido monárquico, que deveria eleger o seu órgão dirigente e preparar as candidaturas monárquicas às próximas eleições.

Em 21 de Fevereiro, Afonso Costa escapara a um atentado a tiro no Porto. Uma semana depois, em Lisboa, o deputado democrático Henrique Cardoso foi assassinado na rua, a dois passos do directório do partido e do governo civil, perante a passividade da polícia. No seu enterro, dirigentes do partido juraram defender a República ameaçada. A 4 de Março, o governo impediu que a Câmara dos Deputados reunisse, mandando cercar o parlamento por forças policiais e selar as suas portas. Os 90 deputados que formavam a maioria democrática foram reunir num palácio dos arredores de Lisboa, onde declararam o chefe do governo «fora da lei» e nulos os decretos ditatoriais.

Tudo indicava caminhar-se para uma revolução. A 7 de Abril o diário lisboeta *O Jornal* julgava estar já em preparação, no Porto, uma revolta encabeçada por João Chagas, que entretanto se demitira da embaixada de Paris. O governo de Pimenta de Castro forneceria em breve dois motivos adicionais para a insurreição. Em 9 de Abril, um decreto mandou dissolver os corpos administrativos eleitos (câmaras municipais e juntas de paróquia) acusados de insubordinação ao governo. Até 14 de Maio foram dissolvidas 59 câmaras (Marçal, 2010), entre elas as de Lisboa e do Porto, enquanto se nomeavam alguns monárquicos para os governos civis e administrações de concelhos. Em 20 de Abril, outro decreto amnistiava os chefes monárquicos condenados pelas rebeliões armadas de 1911-1914. Entre eles estava o comandante das incursões monárquicas a partir da Galiza, o «Capitão Fantasma» Paiva Couceiro, que fora condenado à revelia a seis anos de prisão maior. Regressado da Galiza, Couceiro chegou a Lisboa a 8 de Maio de 1915, passeando-se pelo Chiado armado e guardado por polícias e provocando um incidente com populares no Largo do Conde Barão. Na revista republicana *Eh real!*, cujo primeiro e único número saiu a 13 de Maio, Fernando Pessoa comentava com uma frase lapidar a política de Pimenta de Castro: «[...] de modo que ele acabará por implantar a Monarquia, para consolidar a República [...]»

A revolução rebentou na capital na madrugada de 14 de Maio, causando em três dias de acesos combates mais de uma centena de mortos e perto de mil feridos. Foi a revolução mais sangrenta do século XX em Portugal. A Marinha, comandada por Leote do Rego, parte do Exército e civis armados pelos democráticos foram decisivos para a vitória. Simbolicamente, a República foi novamente proclamada da varanda dos Paços do Concelho, como no 5 de Outubro. Um novo governo foi formado com o *agrément* dos três partidos republicanos, não sem que antes o primeiro-ministro indigitado, João Chagas, tivesse sido alvo de um atentado, quando se dirigia de comboio do Porto para Lisboa, para tomar posse. O autor dos tiros que o atingiram foi o senador evolucionista João de Freitas, minutos depois linchado por populares na estação do Entroncamento. Debilitado e cego de um olho, Chagas não pôde assumir o cargo, sendo substituído pelo chefe maçom José de Castro. O novo governo, que tinha a missão de organizar as eleições, foi ainda empossado pelo presidente Arriaga, que seguidamente se demitiu. Sucedeu-lhe por dois meses Teófilo Braga, até à eleição pelo Congresso, a 6 de Agosto, do terceiro presidente da República, Bernardino Machado. As eleições entretanto realizadas (13 de Junho) tinham garantido, como se previra, maiorias absolutas aos democráticos na Câmara e no Senado.

Estatua, em prata, do dr. Afonso Costa



Os srs. Monteiro G. Fialho, do Porto, licençados de prata e ouro, já tiveram entrega do importante industrial de menor cunho, sr. José Cerezo, já exposto, em prata, do eminente estadista sr. dr. Afonso Costa, que o mesmo industrial, um admirador profundo d'aquela D.ª honra pública, mandou modelar para perpetuar a memória de tão ilustre e prestantíssimo cidadão. O esplêndido trabalho não só honra os seus

executores, mas a ourivesaria nacional, pelo seu conjunto admirável. A calça, as mãos e os pés da estatua são peças todas fundidas sendo o restante trabalho executado em chapas de apreciável pureza. A formosa estatua, que esteve exposta n'aquela cidade, foi muito admirada e os seus excelentes resultados dignos do primeiro trabalho que apresentaram.

Ilustração Portuguesa, 11 de Outubro de 1915.

ria até à declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em Março de 1916, altura em que propôs novamente a formação de um governo de unidade nacional, a «União Sagrada». O ano de 1915, que começara simbolicamente com a explosão de um arsenal anarquista, conheceu cinco governos, três presidentes, uma ditadura, três atentados a tiro contra políticos democráticos, uma revolução sangrenta e as primeiras eleições gerais realizadas sob a Constituição da República. No final do ano era praticamente certo que Portugal entraria na guerra.

JORNAIS E REVISTAS DO ANO

A imprensa de 1915 ocupou-se sobretudo da frenética sucessão de acontecimentos políticos do país, mas deu também permanente destaque ao noticiário da guerra na Europa e ao esforço de defesa militar das colónias portuguesas em África. O semanário *Ilustração Portuguesa* dedicou sistematicamente perto de metade do seu espaço a imagens e comentá-

Os monárquicos, cujas sedes e jornais tinham sido destruídos por manifestantes, não apresentaram candidaturas, mas os católicos elegeram, pela primeira vez, um deputado e um senador. Em Novembro, com a demissão do segundo governo de José de Castro, formar-se-ia novo ministério democrático, presidido pelo chefe do «partido da guerra», Afonso Costa, já restabelecido de um grave acidente que sofrera em Julho. Pouco antes, a *Ilustração Portuguesa* revelara a imagem de uma estátua em prata de Afonso Costa, encomendada por um industrial portuense para perpetuar a memória do «eminente estadista».

Afonso Costa governa-

rios sobre a guerra na Europa, incluindo fotografias, pinturas (uma delas representando o afundamento do navio RMS Lusitania por um submarino alemão, em 7 de Maio) e caricaturas dos governantes e monarcas envolvidos no conflito.

Vários jornais e revistas surgiram em 1915, na sua maioria de vida efémera. Na capital apareceu em Abril *O Jornal*, vespertino conservador apoiante de Pimenta de Castro, dirigido por Boavida Portugal. De aspecto gráfico inovador, integrava ilustrações do pintor modernista António Soares. Nele colaborou Fernando Pessoa com dez escritos, entre os quais seis «Crónicas da Vida que Passa». Na última crónica, a 21 de Abril, Pessoa metia-se com os monárquicos, que tinham acabado de criar o seu primeiro centro em Lisboa, chamando-lhe «Associação de Classe dos Monárquicos». Pessoa comparava a «imperícia inicial» dos membros dessa nova classe «proletária» à dos *chauffeurs*, que continuariam a guiar mal. Os motoristas, magoados pela ironia, enviaram representantes da classe em protesto junto do director do vespertino. Boavida Portugal, provavelmente mais desgostado pelas farpas de Pessoa contra os monárquicos do que pela blague acerca dos *chauffeurs*, decidiu prescindir da sua colaboração futura, acusando-o de «grosseiras». *O Jornal* sobreviveu poucos dias à revolução de Maio.

O primeiro número da revista *Orpheu* saiu dos prelos em fins de Março. Os autores receberam os primeiros exemplares no dia 24 e até às 19 horas do dia 26 tinham-se vendido 17 exemplares (Pessoa, 2009: 38). A primeira notícia da sua publicação apareceu no jornal *O Mundo* de 27 de Março. A nova revista seria recebida pela generalidade da imprensa com incompreensão, estupor, galhofa e acusações de loucura — ou simulação dela, para *épater le bourgeois*. A enorme publicidade que assim teve, ainda que negativa, fez com que o *Orpheu* quase se esgotasse em duas ou três semanas. O segundo número sairá em fins de Junho (primeira notícia da publicação em *A Capital* de 28 de Junho), mas terá menor venda. Em Paris, a 7 de Agosto, Mário de Sá-Carneiro já sabia pela livraria lisboeta que a revista «não se tem vendido». De Moçambique, o pai de Sá-Carneiro, após ter liquidado uma conta da tipografia de 560 milréis, escrevia-lhe em Setembro fazendo-lhe saber que não pagaria mais contas (Sá-Carneiro, 2003).

Entre outros periódicos surgidos no ano, destaque-se o já citado *Eh real!*, que atacava a ditadura, troçava de Pimenta de Castro e denunciava as suas cedências aos monárquicos. Nele publicou Fernando Pessoa o artigo «O Preconceito da Ordem», visando as tendências autoritárias dos «neo-monárquicos», ou seja, os integralistas. A revista

Contemporanea, lançada em primeira versão por José Pacheco em Abril de 1915, com um programa redigido por Fernando Pessoa (BNP/E3, 48G-29), não passou do número-espécimen. Em Março, o jornalista Homem Cristo Filho lançou *A Ideia Nacional*, um quinzenário monárquico e anti-democrático de aspecto gráfico moderno e prosa incendiária, que tratava os chefes republicanos por «bandidos» e «crápulas» e chamava a João Chagas «o mulato». Do lado democrático apareceu a revista *Fora da Lei!*, com apenas três números, publicados até 13 de Maio, assentando as suas baterias no governo do «fora da lei» Pimenta de Castro, alertando para o perigo de iminente restauração monárquica e defendendo a participação de Portugal na guerra europeia. Os principais diários republicanos lisboetas eram *O Mundo*, *O Povo*, *A Luta*, *o República*, *A Capital*, *O País* e *O Século*, enquanto na imprensa monárquica da capital se destacavam *O Dia*, *A Nação*, *o Jornal da Noite* e *O Nacional* (os dois últimos extintos após a revolução de Maio), bem como os semanários humorísticos *O Thalassa* (extinto após a revolução) e *Os Ridículos*. Em 13 de Maio publicou-se o último número do diário *O Intransigente* (1910-1915), do republicano radical Machado Santos, detido após a revolução. O mais importante diário católico era então o *Liberdade*, publicado no Porto desde 1914.

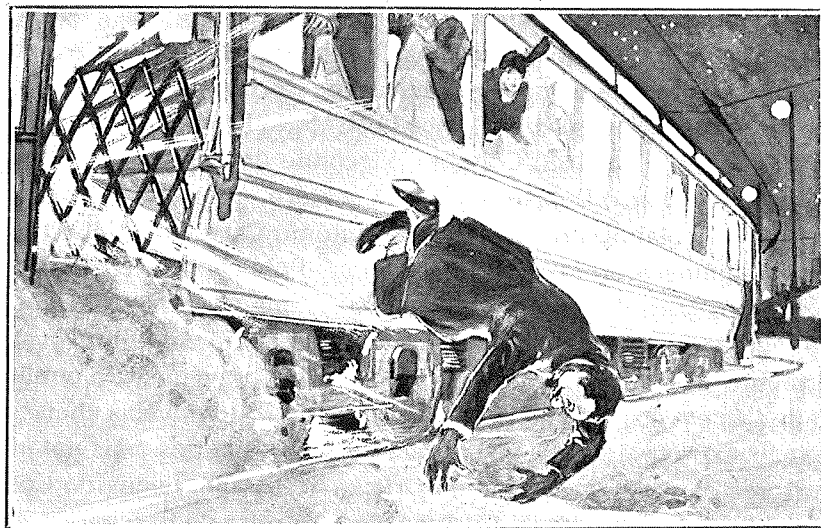
O mensário artístico e literário *Atlântida*, destinado a Portugal e ao Brasil e patrocinado pelos dois governos, foi lançado no Outono de 1915 pelo escritor, pedagogo e alto funcionário republicano João de Barros e pelo brasileiro João do Rio. Entre os colaboradores portugueses desta revista de cunho institucional, que pouco lugar dava aos jovens, encontravam-se sobretudo nomes de consagrados das letras e das artes, como Júlio Dantas, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Augusto de Castro, Eugénio de Castro, Mário Beirão, Afonso Lopes Vieira, Joaquim Manso, Columbano, António Carneiro e Alberto de Sousa (este «o Dantas do desenho», como lhe chamou Almada Negreiros). Parte dos nomes que a revista abrigou encaixavam na designação depreciativa de *lepidópteros* com que Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros rotulavam os miméticos cultores do naturalismo e academismo reinantes. Num balanço da actividade literária e artística do ano publicado na *Atlântida* de Dezembro de 1915 (repartido por Júlio Dantas, «O ano artístico», e Luís da Câmara Reis, «O ano literário»), a revista ignorava soberanamente os poetas do *Orpheu* e os artistas plásticos da nova geração, como Santa-Rita, Almada, Amadeo ou Pacheco. A revista de Pessoa e Sá-Carneiro, a grande inovação literária do ano, não mereceu sequer ser enumerada na lista das «revistas honestas e sérias» [sic] publicadas nesse ano.

No Porto, continuava em 1915 a Renascença Portuguesa a publicar o mensário *A Águia*, sob a direcção de Teixeira de Pascoães e com a colaboração literária de nomes como Jaime Cortesão, Sampaio Bruno (que morreu em Novembro), Gomes Leal, Mário Beirão, Raul Proença, António Sérgio, Leonardo Coimbra, Visconde de Vila Moura, Ronald de Carvalho, Afonso Duarte, Augusto Casimiro, Aubrey Bell e Virgílio Correia, e a colaboração artística de António Carneiro e Alberto de Sousa. O número de Maio assinalava em «Publicações recebidas» o primeiro número da revista *Orpheu*, mas Jaime Cortesão, na secção «Bibliografia», não a mencionava. O *Orpheu* 2, saído em Julho, foi simplesmente ignorado. *A Águia* de Julho noticiou brevemente a publicação de *Céu em Fogo*, de Mário de Sá-Carneiro, «oito novelas cheias de originais extravagâncias», que faziam do autor «um dos mais notados escritores da moderna escola do Orfeu». Nesse ano, Leonardo Coimbra publicou *O Pensamento Criacionista* e Teixeira de Pascoães a *Arte de Ser Portugueses*, ambos pela Renascença Portuguesa. O integralista António Sardinha publicou *O Valor da Raça* e Antero de Figueiredo, «o elegante joalheiro da prosa portuguesa», reeditou o romance *Doida d'Amor*.

O FAIT-DIVERS DE 1915

Num ano abundante de notícias, o *fait-divers* talvez mais badalado envolveu o político Afonso Costa. No sábado tórrido de 3 de Julho, no fim de um almoço a bordo do couraçado *Vasco da Gama* com o comandante Leote do Rego, herói da revolução de 14 de Maio, o chefe democrático foi informado por correligionários de rumores segundo os quais se maquinava novo atentado contra ele (em Fevereiro, no Porto, um liceal católico de 14 anos tinha tentado alvejá-lo com uma pistola). Afonso Costa jantou em sua casa na companhia de amigos, tendo às 22 horas decidido ir refrescar-se para a Alameda de Algés. O grupo dirigiu-se ao Largo do Rato para tomar o eléctrico do Dafundo. Na Rua 24 de Julho, com o carro eléctrico a deslocar-se a boa velocidade, deu-se uma explosão no seu interior. Era só um curto-circuito, mas no meio da fumarada e do pânico que se apoderou dos passageiros, Afonso Costa, julgando tratar-se de um atentado, saltou por uma janela do eléctrico em andamento, fracturando o crânio na queda.

Afonso Costa foi internado em estado muito grave no Hospital de S. José, para consternação do campo democrático, que ansiava ver em



O desastre sucedido na noite de 3 de Julho ao Dr. Afonso Costa

Postal ilustrado, 1915. Arquivo da Fundação Mário Soares.

breve o seu líder a chefiar o governo. O político acabou por se restabelecer ao fim de um mês, mas não foi poupado pela troça de alguns e a verrina de outros, entre os quais Fernando Pessoa. Três dias depois do acidente, com o político ainda entre a vida e a morte, Pessoa fez algo que lhe poderia ter custado muito caro. No final de uma carta ao director de *A Capital* assinada pelo «engenheiro e poeta sensacionista» Álvaro de Campos, em que replicava com sarcasmo a uma troça de que o grupo do *Orpheu* fora alvo na véspera naquele jornal, o poeta parecia regozijar-se pelo acidente sofrido por Afonso Costa, atribuindo-o à Providência Divina, que «se serve dos carros eléctricos para os seus altos ensinamentos». O parágrafo em questão foi transcrito no mesmo dia (6 de Julho) pelo vespertino, numa local intitulada «Antipático futurismo — Os poetas do *Orpheu* não passam, afinal, de criaturas de maus sentimentos», provocando a fúria dos arraiais democráticos. Nessa noite, Pessoa teve de fugir pela porta traseira do restaurante Irmãos Unidos, ao Rossio, para não ser alvo da ira de um grupo de afonsistas, talvez daqueles *voluntários civis* ou *formigas* que semanas antes tinham lutado de armas na mão para derrubar Pimenta de Castro. A reputação do *Orpheu* sofreu com o caso e Sá-Carneiro, Almada Negreiros, Côrtes-Rodrigues, Alfredo Guisado e o «editor responsável» António Ferro vieram a público dessolidarizar-se de Álvaro de Campos. Guisado e Ferro, assumidos

«correligionários» de Afonso Costa, romperam mesmo definitivamente com a revista. Mais tarde, Pessoa tentou desculpar o seu acto confessando a Almada Negreiros estar em «manifesto estado de embriaguez» quando escreveu aquela carta. Na verdade, Pessoa tinha começado a escrever uma tréplica a *A Capital*, de teor ainda mais virulento para com Afonso Costa, mas desistiu, para seu bem, de a completar e enviar (BNP/E3, 92D-73). Nesse mesmo período, Pessoa preparava um opúsculo em que se propunha «estudar a situação política de Portugal», fundando-se numa análise da revolução de 14 de Maio. Também esse opúsculo ficou apenas em esboço. Nele atacava o partido de Afonso Costa, chamava «cadastrados» aos revolucionários civis e defendia a organização das classes médias por um «partido anti-democrático» — embora tivesse começado por constatar que os elementos das classes médias em Portugal «são todos democráticos.» Noutro passo afirmava, de novo em contradição com essa constatação: «Pimenta de Castro foi o mais puro representante das classes-médias que foi ao poder em Portugal.»

A carta de Pessoa/Álvaro de Campos a *A Capital* apareceu na imprensa republicana associada a uma intervenção pública de Raul Leal, que pouco antes do acidente de Afonso Costa publicara um manifesto intitulado «O Bando Sinistro», em que causticava o chefe democrático e o seu «bando», assinando a folha volante na qualidade de colaborador do *Orpheu*. Nessa arenga inflamada e verborreica, dirigida em tom apocalíptico aos intelectuais portugueses, Raul Leal — que era, com Santa-Rita Pintor, um dos dois monárquicos assumidos do grupo do *Orpheu* — retratava o chefe democrático como um monstro lamacento e sanguinário, sinistro inimigo do espírito e das almas nobres e livres. O órgão dos democráticos, o matutino *O Mundo*, tentou primeiramente cobrir Raul Leal de ridículo. Num artigo intitulado «Literatura de manicómio astral» (5 de Julho), o jornalista relatava como vira Leal no comboio da linha de Cascais a distribuir o seu panfleto pelos passageiros e como estes tinham depois rebentado em gargalhadas enquanto o liam. Dias depois, a 9 de Julho, *O Mundo* insistia no mesmo assunto com uma nota intitulada «Perversão moral», insinuando agora que a loucura e a perversão (isto é, a homossexualidade) de Raul Leal explicariam os «despautérios» do seu manifesto, e recomendando o caminho do manicómio ou da casa de correcção para «esta espécie de criminosos de letra redonda». Mário de Sá-Carneiro e os republicanos do *Orpheu* tiveram de se demarcar publicamente também de Raul Leal, pois este invocara a sua ligação à revista. Segundo então defendeu Sá-Carneiro, o *Orpheu* apenas se ocupava de arte e não assumia posições colectivas de qualquer espécie,

nem políticas nem artísticas. O assunto ficou aparentemente sanado, mas estes dois incidentes podem ter contribuído para o malogro da continuidade da revista, que é geralmente explicado apenas por dificuldades financeiras.

DUELOS

O duelo de honra ainda era, em 1915, uma instituição social e política em Portugal. Não era legal, pois desde 1852 que o Código Penal estipulava penas correcionais para os duelistas e suas testemunhas, mas as autoridades fechavam os olhos ou transigiam muito na aplicação da lei. Apesar da proibição do duelo e da sua condenação pela Igreja, por volta de 1900 um oficial ainda podia ser expulso das fileiras militares caso recusasse bater-se pela sua honra. Com a República, a instituição do duelo começaria a declinar, mas não de imediato. No passado, vários políticos republicanos, como Afonso Costa, tinham-se batido em duelos famosos. Os duelistas eram principalmente políticos, militares, advogados e jornalistas, de qualquer quadrante político. Batiam-se de



Duelo de Cristóvão Aires (de costas) e Óscar Monteiro Torres, na Estrada da Ameixoeira, 16 de Junho de 1915. Foto: Arquivo Municipal de Lisboa.

florete ou sabre e, mais raramente, à pistola. A *Ilustração Portuguesa*, que não falhava o relato desses combates, noticiou a 28 de Junho de 1915 dois duelos ocorridos pouco antes. O mais documentado era um duelo de sabre que teve lugar na Estrada da Ameixoeira entre Cristóvão Aires, ex-capitão de infantaria, de 34 anos, e Óscar Monteiro Torres, tenente de cavalaria, de 26 anos, à data chefe de gabinete do ministro da Guerra. Os duelistas tinham posições contrárias quanto à participação de Portugal na guerra europeia: o republicano Monteiro Torres era a favor dessa participação, o monárquico Cristóvão Aires era partidário da neutralidade. Ao sétimo assalto, Cristóvão Aires foi ferido no braço (Portela, s.d.). Monteiro Torres seria pouco depois o primeiro português a obter um *brevet* de aviador e veio a morrer num combate aéreo em França, em 19 de Novembro de 1917, depois de abater dois aviões alemães. Foi o primeiro e até hoje único piloto aviador português a morrer num combate aéreo. Além de professor do Colégio Militar, Cristóvão Aires foi também jornalista e historiador, continuando a obra *História Orgânica e Política do Exército Português*, do homónimo general seu pai.

VIDENTES

«Ir consultar a Madame Brouillard» — anotou Fernando Pessoa, entre outros afazeres projectados, numa folha de agenda de 1913, mas não se sabe se algum dia chegou a realizar o seu intento. Pessoa iniciara-se já nas artes da astrologia e numerologia, conversava com espíritos e andava imerso nos textos da escola teosófica da russa Madame Blavatsky. Ao longo de 1915, como nos anos anteriores e ulteriores, a quiromante e fisionomista Madame Brouillard (palavra francesa para nevoeiro) publicou semanalmente um anúncio na *Ilustração Portuguesa*, oferecendo os seus serviços. As consultas, procuradas por gente da alta-roda, tinham lugar no seu gabinete à Rua do Carmo, em Lisboa, e um custo que variava entre 1\$000 e 5\$000. Um célebre governante da Monarquia, João Franco, tinha sido seu cliente. A «bruxa do Chiado», como também era designada, era uma transmontana de Vila Real, nascida em 1852, de seu verdadeiro nome Virgínia Teixeira, que em jovem tinha corrido mundo. De Espanha, para onde teria sido levada por um marido, passara à França, à Rússia e ao Brasil, até por fim estabelecer consultório numa sobreloja da Baixa lisboeta. Amassou boa fortuna, ao ponto de se ter tornado proprietária do prédio em que exercia a sua

O passado, o presente e o futuro



REVELADO PELA MAIS CELEBRE
CHIROMANTE
E FISIONOMISTA DA EUROPA

MADAME

Brouillard

Diz o passado e o presente e prediz o futuro, com veracidade e rapidez: é incomparável em vaticínios. Pelo estudo que fez das ciências, quiromancias, cronologia e fisiologia, e pelas aplicações práticas das teorias de Gall, Lavater, Desbarrolles, Lambrose, d'Arpenilney, madame Brouillard tem percorrido as principais cidades da Europa e America, onde foi admirada pelos numerosos clientes da mais alta categoria, a quem predisse a queda do Imperio e todos os acontecimen-

tos que se lhe seguiram. Fala portuguez, francez, inglês, alemão, italiano e hespanhol. Dá consultas diárias das 9 da manhã às 11 da noite em seu gabinete: 43, RUA DO CARMO, 43 (sobre-loja)—Lisboa. Consultas a 1\$000 réis, 2\$500 e 5\$000 réis

Anúncio inserto na *Ilustração Portuguesa*, 15 de Novembro de 1915.

profissão. Dizia falar seis línguas e ter predito no Brasil a queda do Império (1889), como apregoava no seu anúncio, mas não se sabe se em Portugal foi tão certa na antevisão do fim da Monarquia e do que se lhe seguiu.

O êxito de Madame Brouillard contribuiu para multiplicar o número de videntes, cartomantes, sonâmbulas e quiromantes que apareceram a fazer-lhe concorrência na capital. Percorrendo os jornais e revistas daquele período, entre anúncios de médicos e advogados, elixires para a queda de cabelo, pastilhas para a virilidade, xaropes para a tosse, cremes para as hemorróidas e depurativos para a sífilis, ficamos a conhecer os nomes de algumas dessas pitonisas. Mademoiselle Rolland, à frente de um propalado «Instituto Electro-Magnético», ocupava-se exclusivamente de casamentos e amores não correspondidos. Mademoiselle Tula, uma sonâmbula, tratava de amor, negócios e doenças. Madame Virgínia, vidente cartomante, dizia o passado, o presente e o futuro. Com o início da guerra, a avalanche de videntes aumentara. Em 1916, *A Capital* desencadeará uma campanha contra «magos, bruxos e nigromantes», neles incluindo astrólogos e grafólogos, toda uma «charlatanesca multidão de exploradores» que invadira a capital e cuja acção era comparada a «um veneno subtil» que pouco a pouco se ia

instalando no «organismo social». O clima de incerteza provocado pela guerra aumentou a procura, mas o que alimentava mais o negócio eram as questões amorosas. Como alternativa às videntes, havia os livros. Em 1915 publicou-se *O Triunfo do Amor: Como se Domina a Mulher*, de Octave Fardel, que além de ensinar a conquistar, também indicava o modo de conseguir que «uma pessoa nos esqueça em absoluto».

ALTA SOCIEDADE

O acontecimento mais elegante de 1915 foi uma récita literária privada realizada em Lisboa em 10 de Maio e repetida em 19 de Junho — poucos dias antes da publicação do segundo número do *Orpheu*, que literariamente se situava nos antípodas de tal evento. Esses saraus elegantes tiveram lugar no palácio de São Vicente, residência de Alfredo da Cunha, director do *Diário de Notícias*, e de sua mulher Maria Adelaide Coelho, herdeira dos fundadores do jornal — seu pai, o jornalista Eduardo Coelho, e o capitalista visconde de São Marçal. O casal quis comemorar as bodas de prata com uma festa *chic* inesquecível. A *Ilustração Portuguesa* de 19 de Julho relatou detalhadamente o acontecimento:

Raras vezes entre nós uma festa artístico-literária tem o cunho da suprema distinção e elegância que teve a oferecida há pouco pela Sra. D. Maria Adelaide Coelho da Cunha e por seu esposo o Sr. Dr. Alfredo da Cunha, director do *Diário de Notícias*, que é também um dos nossos poetas mais distintos, no seu palácio de S. Vicente, palácio que conserva a sua velha feição senhorial, a par de muitas preciosidades modernas que a arte e o bom gosto têm ali entesourado. Perante uma assistência de 300 convidados das mais elevadas classes sociais, a ilustre senhora, que à sua elevada cultura de espírito junta o dom de uma *disease* inigualável, leu uma notável conferência em verso feita por seu esposo, intitulada *A Influência da Mulher na Poesia e nos Poetas*, tocante evocação que nos faz perpassar pelos olhos maravilhados algumas figuras gloriosas de poetas genuinamente portugueses, como D. Dinis, Camões, Bocage, Garrett, João de Lemos, Tomás Ribeiro e Bulhão Pato, com quadros alegóricos das respectivas épocas.

Os quadros alegóricos foram representados por amadores, senhoras e cavalheiros da melhor sociedade, vestidos de acordo com as épocas respectivas. Prosseguia o relato:

Além da leitura magistral da conferência, a Sra. D. Maria Adelaide da Cunha recitou primorosamente as *As minhas asas brancas*, de Garrett, e terminou por uma cintilante referência à inconstância dos poetas, confessada na conferência por um, que era seu marido, exceptuando-o — está bem de ver — por um destes sublinhados que ficam inolvidáveis pela graça e pelo desprendimento de um espírito verdadeiramente superior.

Os convivas deixaram o palácio de São Vicente com a impressão de que seria difícil tornar a assistir a «outro serão de arte tão encantador como aquele», observava o semanário. E, de facto, o casal não teria futuramente muito mais ocasiões de exhibir conjuntamente os seus talentos, porque em 1918, dois dias depois do Armistício que pôs fim à Grande Guerra, Maria Adelaide rompeu com o marido, fugindo com o *chauffeur* de automóvel do casal. A esposa, que viria a ser detida e duas vezes internada pelo marido num manicómio no Porto, duas vezes de lá fugiu, no meio de uma guerra de acusações públicas mútuas através da publicação, por ambos, de vários livros e folhetos (Cunha, A., 1920; Cunha, M. A., 1920, 1923). Seguiram-se os processos judiciais, incluindo o de interdição por demência, interposto pelo marido, e o de divórcio, pedido pela mulher. O marido ganhou-os todos, esmagando a legítima esposa com recurso aos melhores advogados e ao parecer médico de vinte psiquiatras portugueses e estrangeiros pagos a peso de ouro. Além de recusar o divórcio à mulher, Alfredo da Cunha conseguiu que os principais psiquiatras portugueses a declarassem louca, ficando assim na posse de todos os bens que ela herdara, incluindo o *Diário de Notícias*, que imediatamente vendeu. Espoliada e humilhada, Maria Adelaide viveu o resto dos seus dias na companhia do seu motorista, na pobreza.

EDUCAÇÃO FEMININA

Em 1915, em Portugal, 95 por cento das mulheres portuguesas não sabiam ler, destacava em primeira página *A Capital* («Uma vergonha! A ignorância da mulher portuguesa», 25 de Agosto). Tratava-se apenas de uma amostra de 218 paróquias. O censo de 1911 indica 77,4 por cento de analfabetas no total da população feminina de idade superior a 7 anos, número que em 1920 desce para 72,5 por cento. Em *A Capital* trabalhava então Virgínia Quaresma, a primeira mulher jornalista profissional em Portugal e destacada militante feminista. O único liceu feminino de Lisboa, criado em 1906, em Alfama, com o nome de D. Maria Pia, e transfe-

rido em 1911 para o Largo do Carmo, tinha em 1915 cerca de 1000 alunas e estava a rebentar pelas costuras (*A Capital*, 12 de Fevereiro). Decidiu-se nesse ano construir um novo liceu feminino em Lisboa, com projecto do arquitecto Ventura Terra, mas só abrirá em 1933, com o nome de Maria Amália Vaz de Carvalho. Em 1915, foi também criado, com 230 alunas, o primeiro liceu feminino do Porto, que a partir de 1926 se chamará Carolina Michaëlis.

O HERÓI DE NAULILA

O tenente de cavalaria Francisco de Aragão foi um dos oficiais que em 18 de Dezembro de 1914 ofereceram heróica resistência a um ataque alemão contra o forte de Naulila, em Angola, perto da fronteira com o Sudoeste Africano. Dado como desaparecido em combate e talvez morto, só em Abril de 1915 chegou notícia de que tinha sido feito prisioneiro e levado para a Damaralândia, naquela colónia alemã. Quando meses depois os prisioneiros portugueses foram libertados pelas tropas sul-africanas do general Botha, o tenente Aragão e os seus companheiros regressaram a Portugal, sendo recebidos em apoteose no Terreiro do Paço em 24 de Agosto. O tenente Aragão era um republicano democrático e adepto da intervenção portuguesa na guerra, como forma de defender as colónias de África. A sua acção em Naulila contrastara com a de outros militares no local e com a posição ambígua do governo de Pimenta de Castro, que atribuíra a um militar português, o alferes Sereno, morto em combate, a culpa da incursão revanchista alemã ao território da colónia. No seu regresso, Aragão tecera críticas à política do governo de Pimenta de Castro e gritara: «Viva Portugal! Viva a guerra!» A sua transformação em herói nacional pela imprensa republicana (Júlio Dantas chamou-lhe «Nun'Álvares da agonia» na *Ilustração Portuguesa*) e pelo governo democrático era claramente tributária da posição política intervencionista e afonsista do militar. Fernando Pessoa reagiu com fúria às declarações do tenente Aragão, começando em Agosto a redigir um panfleto, a *Carta a Um Herói Estúpido*, em que, sem negar a valentia do soldado, o increpava por formular juízos políticos — ou melhor, opiniões coincidentes com as posições de Afonso Costa (Pessoa, 2010). A violência do escrito, que Pessoa projectava publicar com a chancela do *Orpheu* e o apoio moral, em Paris, de Mário de Sá-Carneiro, poderia ter granjeado sérios problemas ao seu autor, razão pela qual este panfleto se quedou na gaveta, como acontecera com a segunda carta a *A Capital* e o projectado livro sobre o 14 de Maio.

OS INTELLECTUAIS E A GUERRA

No Verão de 1915, Fernando Pessoa quis ainda polemizar publicamente com o escritor e alto funcionário republicano João de Barros, que a 10 de Julho publicara no jornal democrático *O Mundo* um apelo aos intelectuais portugueses para que saíssem do seu silêncio perante a guerra europeia e manifestassem colectivamente solidariedade para com os Aliados. A longa resposta de Pessoa a João de Barros, que deixou inacabada, foi também descansar na gaveta, por falta certamente de quem lha publicasse, dada a germanofilia, ainda que só «espiritual», que nela exprimia: «A alma portuguesa deve estar com a sua irmã, a alma germânica, na guerra presente.» (BNP/E3, 55A-94^r) Concordava, ao mesmo tempo, que Portugal deveria assumir uma «neutralidade favorável aos aliados», coisa que ninguém contestava, dizia Pessoa, porque a isso «nos obrigam tanto a nossa fraqueza como povo, como a nossa situação e os nossos compromissos internacionais» (BNP/E3, 135-20^r). Só Fernando Pessoa, cultor de paradoxos, poderia explicar como se conjugaria na mente dos portugueses uma simpatia intelectual e espiritual pela Alemanha com uma neutralidade favorável aos Aliados.

O POVO

Em consonância com o seu modelo de «República Aristocrática», Fernando Pessoa sempre detestou a plebe, a massa analfabeta e «reaccionária» com a qual não concebia uma democracia civilizada em Portugal. Após a revolução de 14 de Maio de 1915, que descreveu como «uma vitória da plebe», mais esse sentir se radicou nele. Escreveu então que a principal tarefa imediata da política portuguesa era a «organização política das classes médias», entendendo por estas a burguesia, as «elites burguesas», a oficialidade do exército, etc. (BNP-E3, 92H-99 e 100). Para Pessoa, o povo ignaro não tinha opinião nem tinha que a ter. A plebe intervinha indevidamente na política, segundo ele, porque era «arrebanhada» por chefes políticos. Na verdade, em 1915, a pequena burguesia e as classes populares urbanas constituíram um dos mais fortes pilares de sustentação da República, tanto pelo voto como pelas armas.

O «povo republicano», urbano e anticlerical, não coincidia, porém, com a noção genérica de povo, que no Portugal de 1915 ainda era esmagadoramente rural e católico. Os relatos da vidente Lúcia situam precisamente em 1915 as primeiras «aparições» de Fátima, fenómeno que



O povo na revolução de 14 de Maio de 1915. Foto Anselmo Franco, Arquivo Municipal de Lisboa.

vai moldar a religiosidade das massas populares, sobretudo rurais, nas décadas seguintes. Mais de metade da população activa portuguesa trabalhava na agricultura em moldes ancestrais, especialmente a norte do Tejo, com a predominância da pequena e da micropropriedade. No país contavam-se em 1915 cerca de 240000 proletários na indústria, mas nesta predominavam as pequenas oficinas e havia grandes disparidades de nível salarial entre Lisboa e o resto do país. Nos primeiros anos da República, com a estabilidade de preços, a situação salarial do proletariado melhorou, mas a subsequente alta do custo de vida corroeu esses ganhos (Rosas, 2009).

CARESTIA DE VIDA

Em 1915, por efeito da guerra europeia, começou a verificar-se uma alta anormal dos preços em Portugal. A inflação, que já foi de dez por cento nesse ano, manteria depois um curso fortemente ascendente até 1923 (Rosas, 2009). A escassez de bens, também resultante da guerra e da perturbação dos transportes, começou igualmente a fazer-se sentir no país, conduzindo à estagnação e, depois, à queda da produção nacional. A carestia dos bens de primeira necessidade provocou tumultos,



A primeira moeda de um escudo, emitida em 1915.

nomeadamente contra o aumento do preço do pão. Em Março, houve assaltos a padarias em Lisboa e um pouco por todo o país. As greves multiplicavam-se também no Porto e noutras cidades. Outro sinal da alta de preços que o lisboeta sentiu foi o aumento do preço da chávena de café. Na Brasileira, segundo *O Jornal* de 8 de Maio, a chávena passou de um pataco (40 réis) para meio tostão (50 réis), um aumento «escandaloso» de 25 por cento. Uma novidade do ano foi a introdução, em meados de Fevereiro, da primeira moeda corrente de um escudo, cunhada em prata, numa emissão de cinco milhões. Desde 1911 que a unidade monetária nacional era o escudo (1000 réis), mas até 1915 só circulavam moedas de 10, 20 e 50 centavos. A operação rendeu mais de três milhões de escudos ao Estado.

JÚLIO DANTAS

O escritor e académico Júlio Dantas — como os seus amigos escritores e académicos Augusto de Castro, Alfredo da Cunha (director do *Diário de Notícias*) e Henrique Lopes de Mendonça (autor da letra do hino nacional) — encarnava na perfeição o qualificativo de *lepidóptero* com que os poetas e artistas do *Orpheu* se referiam, na peugada de Mário de Sá-Carneiro, à estirpe de escritores bem instalados e poderosos que eles desprezavam por esteticamente convencionais e intelectualmente tacanhos. Júlio Dantas era o mais prolífico e popular daqueles quatro. No decorrer do ano de 1915, publicou o livro de crónicas ligeiras *Ao Ouvido de Mme. X*, o folhetim de sucesso *O Amor em Portugal no Século XVIII*, um elogio académico de Bulhão Pato e a peça de teatro *Soror Mariana*, além de reedições de obras anteriores (entre elas a 19.^a edição de *A Ceia dos*

Cardeais) e traduções para espanhol das peças *O Reposteiro Verde* e *Santa Inquisição*, que então se representavam em Madrid e Barcelona. Dantas escrevia bem e agradava a um amplo público burguês, mundano e tradicional, exceptuando os católicos, a quem desgostava o seu anticlericalismo. Era muito lida a sua colaboração nas colunas de *A Capital*, de *O Primeiro de Janeiro* ou da *Ilustração Portuguesa*, requisitada também pela imprensa do Brasil. Na sua dupla qualidade de eminência lepidóptera dominante do mercado literário e de médico (que em 1900 estudara os pintores e poetas do manicómio de Rilhafoles), Dantas parecia bem colocado para em 1915 lançar o ataque do *establishment* cultural contra os «poetas-paranóicos» do *Orpheu*. Assim os rotulou na sua habitual crónica da *Ilustração Portuguesa*, em 19 de Abril, mas sem os nomear, nem à revista, para evitar fazer-lhes reclame. Em Dezembro, a *Ilustração Portuguesa* incluiria uma prosa enviada de Paris por um dos directores do *Orpheu*, Mário de Sá-Carneiro, intitulada «A Batalha do Marne», redimindo-se assim a revista de ter abrigado o ataque de Dantas aos «poetas-paranóicos».

Os poetas do *Orpheu* não se deixaram intimidar pelo diagnóstico de Dantas. O n.º 2 da revista, em Junho, abria provocatoriamente com os «Poemas Inéditos» de Ângelo de Lima, um internado em Rilhafoles. Nas suas notas Fernando Pessoa escreveria que o livro de Júlio Dantas, *Pintores e Poetas de Rilhafoles*, exemplificava bem o tipo de trabalho psiquiátrico «fortemente eivado de superstição científica e de disciplina intelectual» que, no caso desse autor, não alcançaria sequer o nível do «charlatanismo» de um Nordau ou de um Lombroso (Pessoa, 2006). «Dantas-príncipe» — como Pessoa também se lhe refere — era para ele o paradigma do gosto dominante, a expressão máxima do que a nova geração de escritores e artistas execrava. Dantas seria até «um bom poeta de

Poetas-paranóicos

Alguns rapazes, com muita mocidade e muito bom humor, publicaram, há dias, uma revista literária em Lisboa. Essa revista tinha apenas de notável a extravagância e a incoerência de algumas, senão de todas as suas composições. Como a recebeu a imprensa diária? Com o silêncio que merecia? Com as duas linhas indulgentes e discretas que é de uso consagrar às singularidades literárias de todos os moços? Não. A imprensa recebeu essa revista com artigos de duas colunas, — na primeira página. A imprensa fez a essa revista um tão extraordinário réclame, que a primeira edição esgotou-se e já se está a imprimir a segunda. Ora semelhante atitude está longe de ser inofensiva ou indiferente. Em primeiro lugar, consagra uma injustiça fundamental; em segundo lugar, favorece e prepara uma seleção invertida. Eu bem sei que o réclame a certas obras é às vezes feito à custa da veemente suspeita de alienação mental que pesa sobre os seus autores. Mas n'este caso, como em outros muitos, é justo confessar que os loucos não são precisamente os poetas, mais ou menos extravagantes, que querem ser lidos, discutidos e comprados; quem não tem juízo, é quem os lê, quem os discute e quem os compra.



Ilustração Portuguesa, 19 de Abril de 1915.

salão», concedia Pessoa noutro apontamento (Pessoa, 2013). Caracterizava aí a sua poesia pela elegância das ideias e das formas, bem como pela «ausência total do sublime, do violento ou do profundo». Nos versos de Dantas «tudo é gracioso, ligeiro, bonito; é tudo agradável». Por isso Pessoa achava-lhe adequado o epíteto mortífero de «mimoso poeta».

Na *Ilustração Portuguesa* e em outras crónicas dispersas pela imprensa, Dantas ocupava-se de tudo um pouco, dos espartilhos e das saias das senhoras ao gás asfixiante usado pelos alemães na guerra, passando pelas ladras e carteiristas do Chiado e pelos livros que se iam publicando. O autor do célebre soneto «A Liga da Duquesa» era de opinião que «o espartilho há-de existir sempre, [...] não apenas por ser útil à mulher, mas muito especialmente por ser agradável ao homem» (*Ilustração Portuguesa*, 15 de Março). Falando das saias da moda, Dantas resmungava a uma imaginária interlocutora: «Isso que aí anda é um atentado contra o bom gosto e contra os direitos do homem. Dirá você: — Que se importam os homens com as saias, se não são eles que as vestem? Não são eles que as vestem, não, minha amiga; mas são eles que as pagam.» (*Ilustração Portuguesa*, 28 de Junho) Sobre o uso do cloro gasoso como arma de guerra pelos alemães, o médico Dantas opinava estranhamente: «Um povo como o alemão, quando joga, numa cartada suprema, o seu destino e a sua vida, não pode escolher, generosamente, os processos de extermínio que adopta. [...] Devemos concluir, por isso, que é ignóbil a Alemanha? Não. O que é ignóbil é a guerra.» (*Ilustração Portuguesa*, 17 de Maio)

O ANTI-DANTAS

Depois do ataque de Dantas ao *Orpheu*, Almada Negreiros ficou a aguardar a ocasião mais propícia para lhe ripostar adequadamente. Na verdade, já antes lhe lançara uma farpa numa caricatura publicada em *O Jornal* (13 de Abril), figurando um académico de bigode, posto em quatro patas, a ladrar perante um Orfeu nu que tangia a sua lira.

Era a reacção de Almada a um artigo anónimo de *A Capital* (30 de Março) em que se escalpelizava a «literatura de manicómio» do *Orpheu* e se garantia que os poetas da nova revista já tinham sido estudados por Júlio Dantas em 1900, quando se ocupara dos artistas loucos de Rilhafoles. Dias depois, em 19 de Abril, surgia na *Ilustração Portuguesa*, pela pena do próprio Dantas, a crónica «Poetas-paranóicos», confirmando o diagnóstico de *A Capital*, embora o texto contradissesse o título: os loucos não seriam propriamente os poetas extravagantes do *Orpheu*,

opinava Dantas, mas «quem os lê, quem os discute e quem os compra.» No mês seguinte, «durante os três dias e as três noites que durou a revolução de 14 de Maio de 1915», Almada escreveu «A Cena do Ódio», com dedicatória a Álvaro de Campos. Esse texto, que esteve programado para o n.º 3 do *Orpheu* e só em 1923 viu, parcialmente, a luz do dia na *Contemporanea* de Pacheco, incluía no original um longo trecho endereçado a Dantas:

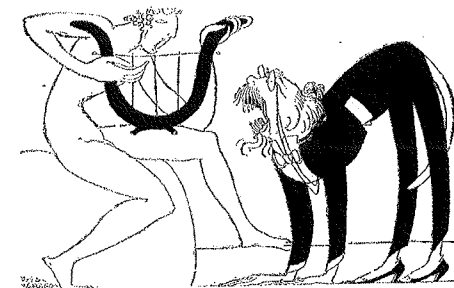


Ilustração de Almada Negreiros, n' *O Jornal*, 13 de Abril de 1915.

Tu arreganhas os dentes quando te falam d'Orpheu
e pões-te a rir, como os pretos, sem saber porquê.

E chamas-me doido a Mim
que sei e sinto o que Eu escrevi!
Tu que dizes que não percebes;
rir-te-ás de não perceberes?

[...]

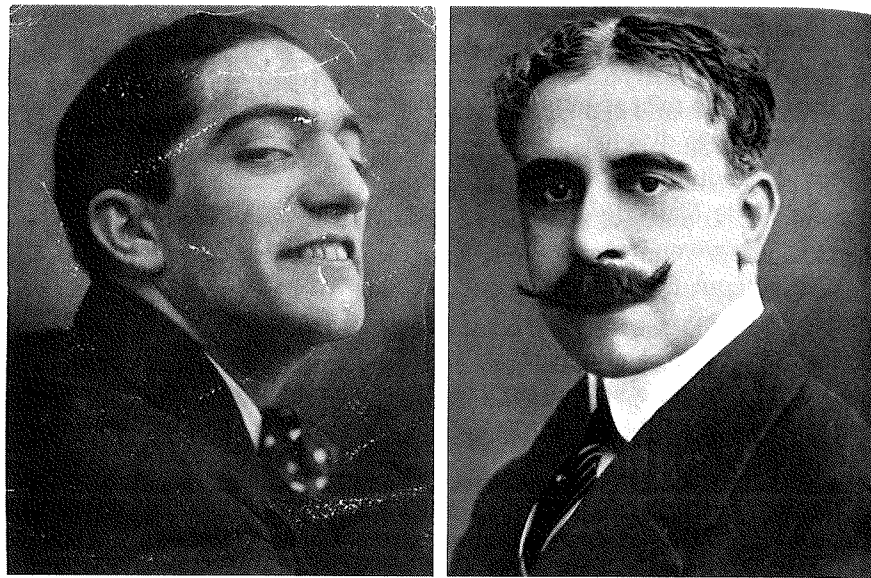
O teu máximo é ser besta* e ter bigodes.

[...]

Eu queria cuspir-te a cara e os bigodes,
quando te vejo apalermado p'las esquinas
a dizeres piadas às meninas,
e a gostares das mulheres que não prestam
e a fazer-lhes a corte
e a apalpar-lhes o rabo,
esse tão cantado belo cu
que creio ser melhor o teu ideal
que a própria mulher do cu grande!

Uma área artística em que Almada estava igualmente interessado era o teatro, onde porém a influência dominante de Dantas se fazia sentir, como dramaturgo de sucesso, professor e director da Escola de Arte de Representar e vice-presidente do Conselho Teatral, órgão de consulta governamental. Em 21 de Outubro de 1915, estreou-se no Teatro

* Variante de *besta* no original: *Dantas* (Soares, 2010).



José de Almada Negreiros, Lisboa, 1913.
(ANSA-F-124)

Júlio Dantas, Lisboa, 1913. Cf. *Ilustração Portuguesa*,
29 de Dezembro de 1913.

do Ginásio a peça *Soror Mariana*, de Júlio Dantas, escrita para a estreia de duas alunas suas. Era a dramatização das famosas *Lettres Portugaises* (1669), supostamente escritas por Mariana Alcoforado, freira de Beja. O baixar do pano na estreia ficaria assinalado por uma pateada protagonizada por Almada Negreiros, embora segundo *A Capital* os aplausos tivessem coberto essa manifestação de desagrado e os manifestantes, «em número muito reduzido», fossem obrigados a abandonar a sala. Almada escreveu nessa mesma noite o *Manifesto Anti-Dantas*, que no dia seguinte leu a alguns amigos. A publicação do mesmo só se fez meses depois, no início de Junho de 1916, esgotando-se a edição rapidamente. Almada disse saber que Dantas tinha comprado a tiragem quase toda, para evitar a humilhação. O manifesto era uma troça assassina da peça *Soror Mariana*, acompanhada de uma enxurrada inaudita de invectivas e insultos ao seu autor. Pela virulência e carácter provocatório, o texto aproxima-se da *Cena do Ódio*, da qual é uma espécie de sequência personalizada. O ano de 1915 não terminaria sem que ao público lisboeta fosse oferecida uma segunda versão da história da freira portuguesa. Em Dezembro, o monárquico Ruy Chianca fez representar no Teatro Nacional *A Freira de Beja*, com que pretendia corrigir a *Soror Mariana* do anticlerical republicano Júlio Dantas (Chianca, 1915). A freira de Chianca mantinha-se pura e imaculada até ao fim da história, enquanto

a de Dantas supostamente se entregava no convento ao cavaleiro francês — ou, como Almada troçava no seu manifesto: «fizeram indecências no quarto».

HUMORISTAS E MODERNISTAS

A Exposição dos Humoristas e Modernistas abriu no Jardim Passos Manuel, no Porto, a 17 de Maio de 1915, com a revolução em Lisboa ainda em fase de rescaldo. Regista-se com ela a primeira utilização do termo *moderno* ou seus derivados no título de uma mostra de arte em Portugal (França, 1979). Já no ano anterior se tinha apresentado em Lisboa, no Salão da Primavera da Sociedade Nacional de Belas Artes, um grupo de artistas ditos «modernistas». A exposição do Porto, o acontecimento artístico mais relevante de 1915, seguia-se aos salões de humoristas de Lisboa de 1912 e 1913, em que se tinham mostrado os trabalhos da nova geração de desenhadores — Emmerico Nunes, Almada Negreiros, Jorge Barradas, Cristiano Cruz, Sanches de Castro e outros. Foi no humorismo, na caricatura e na ilustração que se deram os primeiros passos do modernismo em Portugal, ainda antes do *Orpheu* e do *Portugal Futurista*, tendo Almada Negreiros constituído o elemento de ligação entre artistas e escritores. Começara no desenho a «guerra à bota-de-elástico», expressão original do artista Cristiano Cruz e que iria prosseguir carreira com Almada na sua «guerra sem tréguas contra putrefactos e botas-de-elástico» (Dias, 2012).

TEATROS E ANIMATÓGRAFOS

«O lisboeta tem dois grandes vícios: a política e o teatro» — escreveu Augusto de Castro na *Ilustração Portuguesa* em Novembro de 1913. Numa paixão como na outra, idêntica aspiração agitaria permanentemente o lisboeta: na política, a queda do governo, no teatro, a queda da peça — ironizava o académico, também autor de comédias como *As Nossas Amantes* (1912) e *Amor à Antiga* (1907, em *reprise* em 1915). O principal local de entretenimento dos lisboetas em 1915 era, de facto, o teatro. Num triângulo composto pelo Chiado, a Baixa e a Avenida da Liberdade situavam-se oito ou nove salas principais, todas exploradas por particulares, à excepção do Teatro Nacional. Só fechavam quando havia uma revolução ou, no Verão, quando as companhias partiam em *tournee* pelo

país. A essas salas cresciam, dispersos pela cidade, os palcos populares ou de bairro (Bastos, 2004).

A preferência do público e dos empresários ia claramente para a revista, a comédia, a opereta e as variedades musicais, especialmente a zarzuela, ocasião de admirar as bailarinas espanholas. O drama psicológico ou histórico tinha menos aficionados e não existia público para outro tipo de teatro. Nenhuma sala se lembraria de representar o «drama estático» *O Marinheiro*, de Fernando Pessoa, publicado no *Orpheu* n.º 1, que só em 1957 foi a palco numa sala experimental de Lisboa. Em compensação, havia sempre várias revistas em cena. Num quadro da revista *O Diabo a Quatro* (Éden Teatro, Julho de 1915), fazia-se uma troça parolada da poesia do *Orpheu*. Transcreve-se de um recorte guardado por Mário de Sá-Carneiro:

Asneirofe, escrevinhari, tiroliro,
Regabofe tiroliro,
Camion, bon-bon!
Burricófe, cavalati, sela, tiro,
Tiroliro,
Toma lá pyramidon
Fon-fon!

Satanás, o machacaz que é ferrabrás,
Barrabás e fariseu
Mas audaz,
Sagaz,
Um dia p'ra que lhe deu?
P'ra ler o Orfeu.
Sabem que lhe aconteceu?
Satanás endoideceu!
Orfeu! Orfeu! Orfeu!

Sola, sapato, rei e rainha,
Isto é um mal que dá na pinha!
Pico, pico, cerinico, — bis —
Quem te deu tamanho bico?
Não fui eu!
Nem eu!
Nem eu!
Se calhar foi o Orfeu.

Larga o rabo que não é teu
Orfeu! Orfeu!
Orfeu!

Asneirofe, escrevinhari, tiroliro
etc.

Igualmente popular era o circo, com espectáculos regulares no Coliseu dos Recreios, a maior sala de Lisboa, que também apresentava espectáculos de ópera, variedades e cinema. Em várias salas de teatro, exibiam-se paralelamente filmes, mas estes já tinham casa própria, os animatógrafos ou cinemas, de que havia então meia dúzia em Lisboa, sendo os principais o Olímpia, o Chiado Terrasse e o Central. Os «films» eram mudos e o seu comprimento em metros era anunciado nos anúncios dos jornais, para se poder inferir a sua duração. Como eram bastante curtos, projectavam-se dois ou três de cada vez, por vezes em sessão contínua.

Os hábitos detestáveis dos frequentadores de teatro lisboetas foram fustigados em *A Capital* (31 de Dezembro de 1915) pelo escritor Sousa Costa, num artigo dirigido ao comandante da polícia. Denunciava o arreigado costume que muitos tinham de entrar com a sessão já começada e de saírem antes do fim, perturbando os restantes. Apontava o caso da Alemanha, onde as portas dos teatros líricos eram fechadas



Anúncio do cinema Olímpia em *A Capital*, 18 de Abril de 1915.

quando o pano subia. E pedia a proibição de se fumar na plateia, a bem da saúde dos actores, do público não fumador e como medida de segurança. Outros costumes do público teatral lisboeta eram as pateadas, proibidas por uma lei de 1914 que ninguém fazia cumprir, os apupos e as chufas.

BIBLIOGRAFIA (JORNAIS E REVISTAS)

A Águia
A Capital
A Ideia Nacional
Atlântida
Contemporanea
Eh real!
Fora da Lei!

Ilustração Portuguesa
O Jornal
O Mundo
O Occidente
Orpheu: Revista Trimestral de Literatura
O Thalassa

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, José. «António Ferro: Modernism and Politics». *Portuguese Modernisms: Multiple Perspectives on Literature and the Visual Arts*. Eds. Steffen Dix e Jerónimo Pizarro. Oxford: Legenda, 2011.
- BASTOS, Glória e Ana Isabel Vasconcellos. *O Teatro em Lisboa no Tempo da Primeira República*. Lisboa: Museu Nacional do Teatro, 2004.
- CHIANCA, Ruy. *A Freira de Beja (Soror Marianna)*. Lisboa: Clássica, 1915.
- CUNHA, Alfredo da. *A Influência da Mulher na Poesia e nos Poetas*. Lisboa: Tip. Universal, 1915.
- CUNHA, Alfredo da. *Infelizmente Louca*. Lisboa: Tip. Diário de Notícias, 1920.
- CUNHA, Maria Adelaide Coelho da. *Doida Não!* 2.^a ed. Porto: Tip. Fonseca, 1920.
- CUNHA, Maria Adelaide Coelho da. *Doida Não e Não!* Porto: Tip. A Intermediária, Lda., 1923.
- DIAS, Fernando Rosa. «O Futuro dos Humoristas — O Humorismo enquanto Modernismo». *Os Humoristas de 1912 e o Futuro da Memória*. Catálogo Lisboa: FBAUL, 2012.
- FRANÇA, José-Augusto. *O Modernismo na Arte Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1979.
- JÚDICE, Nuno. *A Era do «Orpheu»*. Lisboa: Teorema, 1986.
- MARÇAL, Bruno José Navarro. *Governo de Pimenta de Castro. Um General no Labirinto da I República*. Tese de mestrado. Lisboa: FLUL, 2010.
- MCNAB, Gregory. «Sobre duas 'intervenções' de Almada Negreiros». *Colóquio/Letras* n.º 35 (Janeiro de 1977).
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Afonso Costa*. Lisboa: Texto, 2010.
- NEGREIROS, Almada. *Manifesto Anti-Dantas*. Ed. Sara Afonso Ferreira. Lisboa: Assírio e Alvim, 2013.
- PESSOA, Fernando. *Apreciações Literárias de Fernando Pessoa*. Ed. Pauly Ellen Bothe. Lisboa: INCM, 2013.

- PESSOA, Fernando. *Crónicas da Vida que Passa*. Ed. Pedro Sepúlveda. Lisboa: Ática, 2011.
- PESSOA, Fernando. *Carta a Um Herói Estúpido*. Ed. Jerónimo Pizarro. Lisboa: Ática, 2010.
- PESSOA, Fernando. *Sensacionismo e Outros Ismos*. Ed. Jerónimo Pizarro. Lisboa: INCM, 2009.
- PESSOA, Fernando. *Escritos Sobre Génio e Loucura*. Ed. Jerónimo Pizarro. Lisboa: INCM, 2006.
- PORTELA, Artur. *Os Grandes Duelos em Portugal*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, s.d.
- RODRIGUES, Pedro Caldeira. *Ernesto Rodrigues: Um Homem do Teatro na I República*. Tese de mestrado. Lisboa: FLUL, 2007.
- ROSAS, Fernando e Maria Fernanda Rollo. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-china, 2009.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Correspondência com Fernando Pessoa*, Vol. II. Ed. Teresa Sobral Cunha. Lisboa: Relógio d'Água, 2003.
- SARAIVA, Arnaldo. «A revista (à) portuguesa». *Literatura Marginal/izada. Novos Ensaios*. Porto: Edições Árvore, 1980.
- SOARES, A. P. Cerqueira. *Na Linha de Fogo: «A Cena do Ódio» (1915) de José de Almada Negreiros*. Tese de mestrado. Lisboa: FLUL, 2010.
- S/ AUTOR. *O 14 de Maio e a Consolidação da República Portuguesa*. Prefácio de Magalhães Lima. Lisboa: Empresa de Publicações Populares, 1915.
- VV. AA. *Integralismo Lusitano. A Questão Ibérica*. Lisboa: Tip. Anuário Comercial, 1916.